

ð??? Inconstitucionalidade: Entenda de Uma Vez Por Todas!

Descrição

Você já ouviu falar que uma lei foi declarada inconstitucional? Ou que o STF mandou o Congresso fazer uma lei que está faltando? Esses são exemplos de **inconstitucionalidade por ação** e **inconstitucionalidade por omissão**!

Se você está se preparando para concursos públicos, dominar esse tema é **FUNDAMENTAL** porque ele cai em praticamente todas as provas de Direito Constitucional! ð??a

ð??? O Que é Inconstitucionalidade?

Inconstitucionalidade é a **incompatibilidade** entre uma norma infraconstitucional (leis, decretos, emendas) e a Constituição Federal.

ð??? **Princípio da Supremacia Constitucional**: A Constituição está no topo do ordenamento jurídico. Tudo que for contrário a ela é **NULO**!

â? Inconstitucionalidade por Ação

O Que é?

Ocorre quando o Poder Público **FAZ ALGO** que contraria a Constituição. Ou seja, o Estado **AGIU**, mas agiu **ERRADO**!

ð??? Características Principais:

- Existe uma **norma ou ato** concreto
- Esse ato **viola** a Constituição
- Pode ser por **vício formal** ou **material**

ð??? Tipos de Vício:

1. VÍCIO FORMAL (Nomodinâmico)

Problema no **processo de criação** da norma.

Exemplos:

- Lei aprovada sem o quórum necessário
- Medida Provisória editada sobre matéria proibida
- Falta de sanção ou promulgação
- Vício de iniciativa (quem não tinha competência propôs a lei)

Exemplo Real: Lei estadual que trata de direito penal é INCONSTITUCIONAL! (Competência privativa da União é art. 22, I, CF)

2º VÍCIO MATERIAL (Nomoestético)

Problema no conteúdo da norma.

Exemplos:

- Lei que viola direitos fundamentais
- Norma que fere o princípio da isonomia
- Ato que desrespeita cláusulas pétreas

Exemplo Real: Lei que proíbe manifestações políticas é INCONSTITUCIONAL! (Viola liberdade de expressão é art. 5º, IV, CF)

Esquema Visual da Inconstitucionalidade por Ação:

PODER PÚBLICO

que

AGIU (criou lei/ato)

que

VIOLOU A CF

que

INCONSTITUCIONAL POR AÇÃO

que

é a ação de inconstitucionalidade por ação

•

que

VÍCIO FORMAL
(processo errado)

que

VÍCIO MATERIAL
(conteúdo errado)

« Inconstitucionalidade por OMISSÃO

O Que é?

Ocorre quando o Poder Público **NÃO FAZ** algo que a Constituição **OBRIGA** fazer. O Estado ficou **INERTE, PARADO!**

ð??? CaracterÃsticas Principais:

- **Ausência** de norma regulamentadora
- A CF **determina** a criação dessa norma
- Impede o exercício de direitos constitucionais

Requisitos para Caracterizar:

1. **Norma constitucional de eficácia limitada** → precisa de regulamentação
2. **Decurso de prazo razoável** → tempo suficiente já passou
3. **Inércia do órgão competente** → não fez nada ainda

Exemplos Clássicos de Omissão:

Dispositivo CF	O que falta regulamentar	Status
Art. 7Âº, XI	Lei sobre participaÃ§Ã£o nos lucros	â? Regulamentado (Lei 10.101/2000)
Art. 37, VII	Direito de greve do servidor pÃºblico	â? i, • OmissÃ£o parcial
Art. 40, Â§ 4Âº	Teto de aposentadorias	â? Regulamentado
Art. 18, Â§ 4Âº	CriaÃ§Ã£o de novos municÃpios	â? Ainda omisso

Esquema Visual â Inconstitucionalidade por OmissÃo:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DETERMINA: "Faça a lei X"

PODER PÃ?BLICO
â??

NÃO AGIU (não criou a lei)
 não

INCONSTITUCIONAL POR OMISSÃO

[illegible]

OMISSÃO TOTAL (não fez nada)	OMISSÃO PARCIAL (fez incompleto)
---------------------------------	-------------------------------------

• Controle da Inconstitucionalidade

ð??´ Controle da Inconstitucionalidade por AÃ?Ã?O:

Principal ferramenta: ADI (AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade)

ð??• Efeito:

- DeclaraÃ§Ã£o de nulidade da norma
- Efeito *erga omnes* (para todos)
- Efeito vinculante
- Geralmente *ex tunc* (retroage)

ð??µ Controle da Inconstitucionalidade por OMISSÃ?O:

Ferramentas:

1. ADO (AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade por OmissÃ£o)

- DeclaraÃ§Ã£o da omissÃ£o
- CiÃªncia ao Ã³rgÃ£o competente
- Prazo de 30 dias (se Poder Executivo)
- Prazo razoÃ¡vel (se Poder Legislativo)

2. Mandado de InjunÃ§Ã£o (MI)

- Instrumento **individual**
- Assegura direito constitucional nÃ£o regulamentado
- Efeitos *inter partes* (entre as partes)

ð??? Comparativo RÃ¡pido:

Aspecto	ADO	Mandado de InjunÃ§Ã£o
Natureza	Abstrata	Concreta
Legitimados	Rol do art. 103, CF	Qualquer pessoa
Efeitos	<i>Erga omnes</i>	<i>Inter partes</i>
Objetivo	Declarar omissÃ£o	Garantir direito individual
Julgamento	STF	STF ou tribunais

ð??? Resumo Final â?? Cole na Parede!

ð??´ INCONSTITUCIONALIDADE POR AÃ?Ã?O

- â? O Estado **AGIU**
- â? Fez algo **CONTRÁRIO** À CF
- â? Vício **FORMAL** ou **MATERIAL**
- â? Controle: **ADI**
- â? Efeito: **Nulidade** da norma

ð??µ INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

- â? O Estado **NÃO AGIU**
- â? NÃO fez algo **OBRIGATÓRIO**
- â? Norma de **eficácia limitada**
- â? Controle: **ADO** ou **MI**
- â? Efeito: **Declaração** + ciência

Entender a diferença entre inconstitucionalidade por ação e por omissão é **ESSENCIAL** para sua aprovação!

ð??? Macete Final:

- **AÇÃO** = Algo EXISTE e está ERRADO â?? Tira!
- **OMISSÃO** = Algo NÃO EXISTE e DEVERIA â?? Cria!

Agora é com você! Pratique com questões, faça resumos e revise constantemente. ð???ð??a

ð??? Referências Legais Importantes:

- CF/88: Arts. 102, I, â??aâ?; 103, Âº (ADO); Art. 5Âº, LXXI (MI)
- Lei 9.868/99: Processo e julgamento da ADI e ADC
- Lei 12.063/09: Mandado de Injunção
- Lei 9.882/99: ADPF

ð??- Bons estudos e sucesso na sua jornada! ð?•?

#DireitoConstitucional #Concursos #Inconstitucionalidade #EstudeMais

Data de criação

10/20/2025

Autor

admin